

SOS KWARUP – Agora os povos indígenas do Alto Xingu já podem comemorar!

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico acaba de aprovar (24/06/2010), por unanimidade, o pedido de tombamento de dois locais sagrados para os povos do Alto Xingu, apresentado pelas etnias Waurá e Kalapalo, reforçado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O Sagihengu e Kamukuwaká são agora Patrimônio Cultural do Brasil. Trata-se de uma grande vitória dos direitos indígenas numa luta que teve início em 2004 e agora encontra o seu bom termo.

O Sagihengu é um local sagrado estabelecido a céu aberto em região localizada à margem direita do alto curso do rio Kuluene, um dos formadores do rio Xingu, no Estado do Mato Grosso. Local que os povos indígenas do Alto Xingu afirmavam pertencer-lhes por ter ali ocorrido o primeiro Kwarup, realizado pelos irmãos gêmeos Sol e Lua para a mãe deles. O Kwarup é um ritual funerário que marca o fim de um período de luto e o início de mais um ciclo vital e é uma festa ritualística que inclui choro, canto, dança, disputas lúdicas tribais, a cada ano, no final do período da seca (agosto, setembro), e reúne as nove etnias que formam o complexo cultural alto xinguano, podendo durar três dias. Trata-se de um fenômeno social fundamental de unidade, identidade e coesão cultural para as nove etnias que compõem aqueles povos. O Sagihengu é o local onde teve origem o mito fundador da cultura altoxinguana.

O Kamukuwaká é uma gruta que, da mesma forma que o Sagihengu, ficou fora dos limites do Parque Indígena do Xingu, quando da sua delimitação. Essa gruta, localizada às margens do rio Batovi, local que pertenceu aos antepassados dos Waurá, é considerada um local sagrado por ter abrigado a morada de Sol e por ali ter tido origem o ritual de furação de orelhas, prática adotada por toda a população masculina do complexo cultural altoxinguano.

O tombamento foi considerado a única forma de garantir a preservação daqueles locais sagrados para os índios e o nosso respeito pela preservação dos seus costumes, conforme garante a Constituição Federal, uma vez que retirá-los deles significava arrancar as raízes dos seus mitos. A UNESCO define como Patrimônio

Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". O Patrimônio Cultural deve ser transmitido de geração em geração, repetido por suas respectivas comunidades, integrando o ambiente e as práticas culturais, ao mesmo tempo em que reforça o sentimento de identidade do grupo, empresta significado às suas práticas sociais e, conseqüentemente, garante a continuidade desses povos.

Eu me sinto particularmente feliz com a notícia por ter sido incluída, enquanto antropóloga especialista em pesquisas sobre o imaginário antropológico, numa equipe interdisciplinar de pesquisadores coordenada pela arqueóloga L.D. Dra. Erika Robrahn-González. A minha participação nesse trabalho esteve na origem desse processo: visitei doze das aldeias do Alto Xingu recolhendo daqueles que "sabem as estórias", normalmente os pajés, designados pelos caciques de cada uma das aldeias visitadas, recolhendo todas as variantes do mito do Kwarup das nove etnias dos povos do alto Xingu. A reunião dessas variantes todas permitiu um levantamento de elementos materiais que foram investigados pelos arqueólogos, que conseguiram assim encontrar vestígios das antigas ocupações daqueles povos nos locais relatados pelos mitos. Conseguimos assim provar que os locais reclamados pelos índios eram de fato terras tradicionalmente ocupadas por eles.

Queremos acreditar, tal como declarou Maria Clara Migliacio, diretora do Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN, que estamos realmente na "direção dos novos paradigmas do patrimônio cultural brasileiro", em respeito à memória e à diversidade culturais, aos direitos indígenas sobre suas práticas e locais sagrados, à concorrência positiva do trabalho interdisciplinar, à valorização dos mitos brasileiros, à capacidade política dos indígenas de reivindicarem seus direitos, e ao IPHAN por fazer com competência o que tem que ser feito. Por tudo isso, estamos todos de parabéns!

Gláucia Buratto Rodrigues de Mello
Antropóloga e Socióloga, sócio-efetivo da ABA
glauciamello@terra.com.br
Rio de Janeiro, 25 de junho de 2010